



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO,
CIÊNCIAS DA NATUREZA**



TERESINHA DE JESUS SILVA

**O PERFIL PROFISSIONAL DE COORDENADORES PEDAGÓGICOS DE
ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL II DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE
PICOS - PI**

**PICOS – PI
2018**

TERESINHA DE JESUS SILVA

**O PERFIL PROFISSIONAL DE COORDENADORES PEDAGÓGICOS DE
ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL II DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE
PICOS - PI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza, da Universidade Federal do Piauí, campus Senador Helvídio Nunes de Barros, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo.

Orientador:

Prof. Me. Jânio Ribeiro dos Santos

FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

S586p Silva, Teresinha de Jesus
O perfil profissional de coordenadores pedagógicos de escolas de ensino fundamental II do Campo no município de Picos - PI/ Teresinha de Jesus.– 2018.
CD-ROM : il.; 4 ¾ pol. (41 f.)
Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo Ciências da Natureza) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2019.
Orientador(A): Prof. Me. Jânio Ribeiro dos Santos

1. Perfil profissional. 2. Formação inicial e formação continuada. 3. Educação do Campo. I. Título.

CDD 371.2

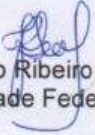
TERESINHA DE JESUS SILVA

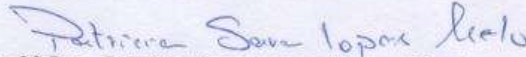
**PERFIL PROFISSIONAL DE COORDENADORES PEDAGÓGICOS DE ESCOLAS
DE ENSINO FUNDAMENTAL II DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE
PICOS - PI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção de grau de Licenciado em Educação do Campo/Ciências da Natureza, pela Universidade Federal do Piauí, campus Senador Helvídio Nunes de Barros.

Aprovado em : 12/11/2018

Banca Examinadora:


Prof.º Me. Jânio Ribeiro dos Santos – Orientador
Universidade Federal do Piauí - UFPI


Prof.ª Dra. Patrícia Sara Lopes Melo – Membro
Universidade Federal do Piauí – UFPI


Prof.º Dr. Gardner Andrade Arrais – Membro
Universidade Estadual do Piauí-UESPI

Dedico primeiramente a Deus por ter sido meu guia nesta tarefa. Seu fôlego de vida em mim foi meu sustento, e sua palavra me deu coragem para questionar realidades e propor sempre um novo mundo de possibilidades.

Em especial ao meu professor orientador Prof. Me. Jânio Ribeiro dos Santos, por sua paciência e dedicação nesta longa caminhada.

A minha filha, por disponibilidade e dedicação, e aos meus professores por sua dedicação e apreço para com a nossa formação. Dedico ainda, a todos os meus colegas de turma que contribuíram para essa conquista.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me conduzido a este momento em que a minha história ganha mais liberdade.

À minha filha, Gabriela Damascena, que é minha razão de luta por dias melhores.

À minha família por me ensinar valores que se somam aos conhecimentos sistemáticos que me norteiam e posicionam-me no mundo como agente capaz de transformar e produzir riquezas.

Aos meus professores da Universidade Federal do Piauí de Picos Professora Dra. Sara Patrícia, pelo diferencial, por ter sido a minha primeira professora no curso e que de forma bela nos abriu a visão. O professor Dr. Maurício Fernandes, pelo valor e respeito com a nossa chegada à Universidade Federal do Piauí de Picos. Professora Me. Simone Viera, pela dedicação em transmitir além dos conhecimentos sintetizados, perpassar para a vida o senso crítico. Professor Mestre. Lauro Mota, pelo exemplo de profissional centrado, correto e de muita sabedoria. Professora Dra. Tamaris Gimenes, por sua simplicidade e atenção. Professor Dr. Fábio Paz (por humildade e ter sido solidário em momento difícil da minha família. Professor Dr. Gardner Arraes, pelas orientações pertinentes e tão necessárias para minha formação. Professora Dra. Michelli Ferreira, Professor Dra. Fabrícia de Castro, pela forma de carinho que tiveram comigo. Professora Dra. Juliana Bendinn, pela simplicidade que conduz seu trabalho e admiração que lhe tenho. O Professor Mestre Jânio Ribeiro pela dedicação e zelo com o qual me orientou no momento crucial (TCC) além de toda sua lição crítica. Professora Mestre Melissa Pessoa pela tranquilidade. Professor Dr. Alexandre Leite, pela educação e tratamento. Professora Dra. Susana Lopes, pela forma de instigar o nosso desenvolvimento. Professora Mestre Edneide Silva (pelas descobertas científicas). À pedagoga do curso Rosa Daniela (Dona Rosa) pelo o sorriso e acolhida de todos os dias, e a todos os meus colegas de curso em especial: Jean Felipe, com quem compartilhei intensamente os trabalhos acadêmicos.

A todos os meus amigos em especial: Elizabeth Silva, Paulo Henrique, Romildo Lima e a Walnis Nunes Gonçalves, por ter me indicado e me dado apoio para a conclusão do curso.

Ao meu companheiro Sallos Ramos pela compreensão e atenção.

RESUMO

A pesquisa teve como **objeto de investigação** o perfil dos coordenadores pedagógicos de escolas no campo. Foi definido como lócus de pesquisa as escolas de Ensino Fundamental II no campo, situadas na rede que compreende o município de Picos-PI. O **problema de pesquisa** foi construído por meio da seguinte questão: qual é o perfil dos coordenadores pedagógicos e como se dá a formação inicial e continuada dos mesmos na educação no campo em Picos? O **objetivo geral** da pesquisa foi de investigar o perfil profissional, a formação inicial e continuada dos coordenadores que atuam nas escolas. Como procedimento de coleta de dados foram aplicados questionários e entrevistas com sete coordenadores pedagógicos dos anos finais. Consequentemente após a coleta de dados foi realizada uma análise do material de forma objetiva, discursiva e qualitativa. Os resultados apontaram que a maioria dos coordenadores pedagógicos não tem formação acadêmica exigida e/ou adequada para exercer tal função, além disso, não estão preparados para trabalhar com a Educação do Campo. Portanto, de acordo com os dados da pesquisa foi confirmada a **hipótese** de que o Estado não tem garantido uma política de formação inicial e continuada dos coordenadores das escolas no campo referenciado, nos fundamentos e princípios da Educação do Campo.

Palavras-chave: Perfil profissional. Formação inicial e formação continuada. Educação do Campo.

ABSTRACT

The research had as object of investigation the profile of the pedagogical coordinators of schools in the field. It was defined as a locus of research the primary schools in the field, located in the network comprising the municipality of Picos-PI. The research problem was constructed by means of the following question: what is the profile of the pedagogical coordinators and how is the initial and continuous formation of the same in education in the field in Picos? The general objective of the research was to investigate the professional profile, the initial and continuous formation of the coordinators who work in the schools. As a data collection procedure, questionnaires and interviews were applied with seven pedagogical coordinators of the final years. Consequently, after the data collection, an analysis of the material was carried out in an objective, discursive and qualitative way. The results showed that most of the pedagogical coordinators do not have the academic training required and / or adequate to perform this function. In addition, they are not prepared to work with Field Education. Therefore, according to the research data, it was confirmed the hypothesis that the State has not guaranteed a policy of initial and continued training of coordinators of schools in the field referenced in the fundamentals and principles of Field Education.

Keywords: Professional profile. Initial training and continuing education. Field Education.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Sexo	17
Gráfico 2- Faixa etária.....	18
Gráfico 3 – Formação dos coordenadores pedagógicos.....	18
Gráfico 4 – Tempo em que atua no nível de escolaridade.....	21
Gráfico 5 – Instituição de formação superior.....	22
Gráfico 6 – Pós-graduação de mais alta titulação.....	23
Gráfico 7 – Salário bruto.....	24
Gráfico 8 – Coordenadores que exercem outra atividade para renda pessoal.....	24
Gráfico 9 – Forma de ingresso no serviço público.....	24
Gráfico 10 – Tempo de atuação como coordenador pedagógico.....	25

LISTA DE SIGLAS

CME – Conselho Municipal de Educação

FONEC – Fórum Nacional de Educação do Campo

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PROCAMPO – Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura

SEME – Secretaria Municipal de Educação

UFPI – Universidade Federal do Piauí

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	REFERENCIAL TEORICO	11
2.1	Educação do Campo: algumas reflexões	11
2.2	Formação inicial e continuada para Educadores do Campo.....	13
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	16
3.1	Caracterização da pesquisa.....	16
3.2	O Campo empírico e os sujeitos da pesquisa.....	16
3.3	Produção de dados.....	16
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	18
4.1	Perfil profissional, formação inicial e continuada dos sujeitos investigados	18
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
6	REFERÊNCIAS	30
7	APÊNDICES A - Carta de Apresentação	33
8	APÊNDICE B - Termo de Consentimento Esclarecido	34
9	APÊNDICE C - Questionário	35
10	APÊNDICE D - Roteiro da Entrevista	37
11	APÊNDICE E – Declaração de sigilo Ético-Científico	38

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho teve como objeto de investigação o perfil profissional dos coordenadores pedagógicos de escolas no campo do município de Picos- PI. Trata-se de uma proposta desenvolvida no âmbito da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC II) do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza, da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB).

O interesse por este tema de estudo surgiu por conta da minha experiência obtida como professora efetiva de escola do campo, e do meu ingresso no referido curso. Em 2005, com habilitação em Magistério (1º ao 4º ano do primeiro grau), que correspondia ao Ensino Médio Técnico, fui aprovada em um concurso público para professora, cuja lotação foi em uma escola no campo, situada na comunidade Serra do Tanque, a 18 km da sede do município naquela época, a comunidade era de difícil acesso, parte do trajeto (6 km) tinha que ser realizado montado em jumento ou a pé.

Tudo na comunidade funcionava através desse meio de transporte, como a chegada da merenda e do material escolar, por exemplo. Para dificultar ainda mais a situação, a comunidade não tinha água encanada e muito menos energia elétrica dificultando mais ainda o trabalho docente.

O motivo pelo qual fui selecionada para aquela localidade foi por não ter apadrinhamento político e não ter votado na gestão municipal da época, por essa razão a lotação me foi imposta como forma de “castigo”. Assumi docência em classe multisseriada com alunos da 1ª a 4ª série (atualmente, 1º ao 5º ano nas séries iniciais).

Além de não ter preparação para assumir tal cargo, haja vista que nunca havia trabalhado com classe multisseriada, não me ofertaram nenhuma formação continuada, nem mesmo instruções para exercer minhas funções. No tocante aos aspectos administrativos e educacionais, a escola não contava com direção e nem coordenação pedagógica, apenas uma classe multisseriada. Foi devido a essas experiências vividas que procuramos pesquisar esse tema para responder acerca da realidade educacional, no que diz respeito à atuação dos coordenadores em escolas no campo do município de Picos/PI.

Para a realização desse trabalho delimitamos o **problema de pesquisa** por meio da seguinte questão: qual é o perfil profissional, a formação inicial e continuada

dos coordenadores pedagógicos que atuam nas escolas municipais de Ensino nos anos finais, localizadas no campo que compreende o município de Picos?

O **objetivo geral** da pesquisa foi o de investigar o perfil profissional, a formação inicial e continuada dos coordenadores que atuam nas escolas municipais de Ensino nos anos finais, localizadas no campo que compreende o município de Picos. Para tanto, formulamos os seguintes objetivos específicos: caracterizar o perfil profissional dos coordenadores atuantes; discutir acerca da formação inicial e continuada de tais coordenadores; e, analisar a experiência vivenciada desses coordenadores acerca da educação no campo.

A **hipótese** é a de que o Estado não tem garantido uma política de formação inicial e continuada aos coordenadores das escolas no campo referenciada nos fundamentos e princípios da Educação do Campo. Assim, acaba inviabilizando uma formação de qualidade para a classe trabalhadora camponesa, dificultando a promoção de uma educação de qualidade, seja ela no campo ou na cidade.

A pesquisa contribuirá para o enfrentamento das problemáticas no tocante ao perfil dos coordenadores, especialmente ao abrir uma discussão pertinente acerca da formação inicial e continuada desses profissionais no campo, no município de Picos.

A mesma trouxe dados pertencentes à realidade do campo com intuito de contribuir para que os gestores políticos e comunidade escolar elaborem seus projetos de intervenção objetivando a promoção de uma educação pública efetiva, fornecendo dados concretos para que os trabalhadores camponeses organizados em movimentos sociais e sindicatos possam lutar pelo fortalecimento da garantia de uma educação escolar no/do campo, sintonizada com os seus interesses, pois a história nos mostra que todas as conquistas advêm das lutas encabeçadas por esses trabalhadores. Estes ao identificar que a Educação no Campo não era do campo e não atendia às necessidades de suas famílias lutaram por uma educação transformadora, como exemplo o curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza, que visa formar profissionais que atendam às especificidades desse público. No campo ainda prevalece uma educação hegemônica, da elite, produzida equivocadamente de modo padronizado, mesmo com a realidade de um público diversificado.

Além desta Introdução e das Considerações Finais, o trabalho foi organizado e estruturado em três tópicos: O primeiro discute acerca da Educação no/do Campo no Brasil e sobre alguns aspectos ligados à formação inicial continuada dos coordenadores pedagógicos para as escolas do campo. O tópico seguinte apresenta

os procedimentos metodológicos utilizados para realização da investigação, para produção e análise dos dados. O último apresenta os resultados e discussões acerca dos dados produzidos.

2 EDUCAÇÃO NO/DO CAMPO E FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE COORDENADORES PEDAGÓGICOS

2.1 Educação do Campo: algumas reflexões sobre a luta dos trabalhadores do campo por uma Educação do Campo.

A Educação no Campo defende uma concepção de educação que busca atender às necessidades humanas, intelectuais, culturais e sociais da classe trabalhadora camponesa, com a finalidade de atuarem com consciência crítica na sociedade, contrapondo-se com a educação que predomina, a qual visa, além de outros aspectos, preparação dos sujeitos para exploração capitalista. Assim, Santos, Paludo e Oliveira (2010, p. 14), esclarecem que:

[...] a educação do campo é uma concepção de educação dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e se tornou uma referência à prática educativa, formulada como resultado das lutas desses trabalhadores organizados em movimentos sociais populares.

De tal modo, a Educação do Campo surge da luta dos trabalhadores camponeses, ao perceberem que a educação existente não atende às suas demandas. Portanto, essa luta é por uma educação que seja voltada para suprir as necessidades do seu povo, busca por equidade e ocupação dos espaços, respeito a sua identidade, origem e cultura. Contudo a classe dominante impõe uma educação hegemônica, reprodutivista, onde não é seu interesse formar para a cidadania, politizar, constituir uma sociedade livre, pensante, dona de seus ideais.

E por conta desse choque de realidade e oposição, eles se unem, questionam e lutam contra a lógica burguesa, em busca de uma educação diferenciada, um novo projeto que efetive qualidade na educação camponesa, em detrimento da lógica urbanocêntrica¹ de educação. Segundo Caldart (2008, p. 4) esse novo projeto:

¹ [...] no paradigma urbanocêntrica, de forte inspiração eurocêntrica, que estabelece os padrões e as referências de racionalidade e de sociabilidade ocidentais como universais para o mundo, sendo esse paradigma fundamentalmente particular e conseqüentemente elitista, discriminatório e excludente, posto que apresenta e impõe um único padrão de pensar, agir, sentir, sonhar e ser como válido para todos, independentemente da diversidade de classe, raça, etnia, gênero, idade existentes na sociedade, especificamente os princípios e valores de uma racionalidade e sociedade capitalista mercadológica. (MORAES *et. al*, 2010, p. 402).

É uma concepção de educação que nasceu como crítica à realidade da educação brasileira, particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no e do campo. Esta crítica nunca foi à educação em si, mesmo porque seu objeto é a realidade dos trabalhadores do campo, o que necessariamente a remete ao trabalho e ao embate entre projetos de campo que têm consequências sobre a realidade educacional e o projeto de país.

Segundo Santos, Paludo e Oliveira (2010, p.15) nota-se que a Educação no Campo nasceu:

[...] tomando posição no confronto de projetos de educação contra uma visão instrumentalizadora da educação, colocada a serviço das demandas de um determinado modelo de desenvolvimento do campo (que sempre dominou a chamada “educação rural”), a favor da afirmação da educação como formação humana, unilateral, que também pode ser chamada de integral, porque abarca todas as dimensões do ser humano.

A luta é em prol de uma educação emancipatória que valoriza toda uma historicidade dos trabalhadores camponeses e que supere o modo de produção capitalista ainda dominante no nosso país e principalmente na região Nordeste, não por ser uma região economicamente pobre, mas devido à má administração, que é uma das mazelas do estado que não viabiliza a evolução intelectual do seu povo.

Quando se fala hoje em Educação do Campo, ou em leis específicas para as escolas do campo, é porque essas conquistas foram construídas por meio de muito esforço dos trabalhadores. De acordo com Santos, Paludo e Oliveira (2010) sem dúvida, ainda se tem muito o que construir, pois como se pode observar ainda não se têm a escola e a educação de qualidade no campo de forma geral, entretanto, o importante é que iniciativas são tomadas em direção a um novo formato de educação para o povo do campo, sem deixar sua cultura de lado.

O modo de produção de uma sociedade está intrínseco aos aspectos cultural, ambiental, econômico e social, pelos quais lutam os trabalhadores do campo que se contrapõem à educação como mercadoria e firma a educação visando à formação humana, pois tentam emergir seu modo de produção, agricultura familiar, pois esta tem relação direta com a concepção de Educação do Campo, suas ações é em busca da soberania para seu povo, para todas as áreas que compreenda as dimensões do conhecimento e efetive ascensão de sua cultura e agregações de valores à sua classe para não serem engolidos pelo opressor capitalista.

Este visa tão somente o lucro sobre a mão de obra barata, das mazelas, e/ou contrastes sociais, a quem interessa a timidez de um povo rechaçado e/ou

subjugados, e contrapondo-se a esta lógica está a Educação do Campo e toda uma organização dos trabalhadores camponeses em busca de garantia comum a todos ou nas palavras de Santos, Paludo e Oliveira (2010, p. 52):

De uma relação social que define o modo humano de existência, que, além de responder pela reprodução física de cada um, envolve as dimensões da cultura, lazer, sociais, artísticas. Em síntese, o trabalho é compreendido como fator de humanização permanente, e é este o sentido que a Educação do Campo busca resgatar.

Os movimentos sociais travam luta ferrenha contra os organismos do capital a suas práticas pedagógicas que têm como finalidade a dominação burguesa, em detrimento da dialogicidade, coletividade, pelo bem comum, em busca de uma formação integral, ou como diz Santos (2012, p.53):

Desse modo, dentre outros aspectos, a educação do campo visa contribuir para a superação do projeto de sociedade vigente, buscando construir um novo projeto de campo e de nação, em que todos, sem distinção de classe social, possam usufruir plenamente dos frutos do seu trabalho, dos bens materiais e imateriais produzidos historicamente pela humanidade.

2.2 Formação inicial e continuada de Coordenadores do Campo

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, deixa claro que a formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será realizada em cursos de graduação em pedagogia ou cursos de especialização, como está posto o artigo 64.

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo asseguram a importância da formação inicial e continuada dos coordenadores pedagógicos e dos profissionais do magistério de apoio ao trabalho docente, deve-se considerar sempre a formação pedagógica apropriada à Educação do Campo, de acordo com o Art. 13:

Os sistemas de ensino, além dos princípios e diretrizes que orientam a Educação Básica no país, observarão, no processo de normatização complementar da formação de professores para o exercício da docência nas escolas do campo, os seguintes componentes:

I - Estudos a respeito da diversidade e o efetivo protagonismo das crianças, dos jovens e dos adultos do campo na construção da qualidade social da vida individual e coletiva, da região, do país e do

mundo; II - Propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas. (BRASIL, 2002, p.32).

Além disso, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo defendem que os sujeitos do campo sejam autores, protagonistas das suas vidas e que esses diferentes sujeitos têm direito de constituir a sua própria história de acordo com suas especificidades. Contudo, a baixa qualificação dos trabalhadores da educação ainda é uma problemática recorrente na educação brasileira, e quando se refere aos docentes que atuam em escolas do campo a situação é ainda mais grave e se distancia do que asseguram as diretrizes deste sistema de ensino, pois nos deparamos com um grande número de professores que têm apenas ensino médio. Além disso, nem sempre os que possuem curso superior atuam nas respectivas áreas de formação. Segundo Brasil (2007, p. 33):

O que é mais preocupante, no entanto, é a existência de 6.931 funções docentes sendo exercidas por professores que têm apenas o ensino fundamental e que, portanto, não dispõem da habilitação mínima para o desempenho de suas atividades. A maioria desses professores leigos atuam nas Regiões Nordeste e Norte.

E quando os docentes são indagados acerca da formação inicial e/ou continuada é notável todo um contexto de ausência da mesma. Muitos reclamam da falta de oportunidades e tempo devido às circunstâncias de cansaço e de exaustão, pois trabalham em escolas distantes de suas residências, assim fica difícil se ter profissionais qualificados, pois diante das circunstâncias e metodologias, estes não são preparados para trabalhar de forma integral, que contemple a cultura e as necessidades dos sujeitos do campo, por exemplo.

Assim, precisamos compreender a lógica de como as pedagogias voltadas para formação de professores, especialmente aquelas destinadas aos educadores do campo, pois, segundo D'Agostini e Titton (2013, p. 1) “estas pedagogias hegemônicas são formuladas, divulgadas e defendidas pelos organismos internacionais do capital a quem interessa a classe trabalhadora como massa de manobra”.

Essa luta por formação para os docentes do campo em suas especificidades começou da necessidade percebida pelos trabalhadores rurais, os sem-terra e outros, pois a escola não atendia os seus interesses em sua íntegra com relação ao ensino sistematizado de qualidade, como já vimos. Em virtude desse contexto de negação, eles foram a luta por uma educação que ultrapasse fronteiras, que seja libertadora, que forme o sujeito coletivo e prepare para o enfrentamento nos aspectos educacionais, político, econômico e ambiental, para isso, é necessário educadores qualificados em suas máximas possibilidades.

O exercício do magistério ultrapassa os recortes das licenciaturas por disciplinas e avança para a formação por áreas e, se possível, em mais de uma área do conhecimento. Um modelo que já é normal em muitos sistemas de ensino e que parte de uma concepção e de um trato mais totalizante e transdisciplinar da produção e transmissão do conhecimento (ARROYO, 2007, p. 168).

Partindo dessa concepção, são criados os cursos de Licenciatura em Educação no país, por exemplo, o curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza, que abrange três áreas do conhecimento: Biologia, Química e Física. Tais cursos resultaram do enfrentamento dos trabalhadores do campo organizados em movimentos sociais e sindicais populares como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O campo está em movimento: há tensões, lutas sociais, organizações e movimentos dos trabalhadores que estão mudando o jeito da sociedade olhar para o campo e seus sujeitos; A educação básica no campo está sendo produzida neste movimento, nestas dinâmicas sociais que é também um movimento sociocultural de humanização das pessoas que dele participam; existe uma nova prática de escola que está sendo gestada nesse movimento (CALDART, 2004, p. 89).

É nesse processo de empoderamento que os movimentos sociais protagonizaram as ações e efetuaram suas lutas, em busca de efetivar a Educação do Campo, contudo, embora ainda não tenham logrado êxito total, o campo tem ascendido, e os filhos dos camponeses chegaram às universidades, e tentam ocupar os espaços, portanto, tentam quebrar a lógica hegemônica, visto que estes chegaram de forma tardia nas instituições públicas superiores de ensino por falta de políticas públicas para a Educação do Campo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo Gil (2002) a pesquisa é requerida para trazer respostas e/ou possibilitar possíveis resoluções de problemas. Nesse sentido, realizou-se uma investigação que buscou juntar dados de entrevistas e questionários, com indagações a respeito do perfil profissional dos professores e/ou coordenadores de escolas no campo, com o objetivo de trazer respostas para a problemática apresentada.

3.1 Caracterização da Pesquisa

A investigação teve como abordagem a pesquisa qualitativa. Esse modelo de pesquisa pode ser conceituado como um processo que permite refletir e analisar a realidade por meio de métodos e técnicas que possibilitam obter uma análise detalhada do objeto estudado em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação (OLIVEIRA, 2007).

3.2 Campo empírico e os sujeitos da pesquisa

O campo empírico da pesquisa são 15 escolas no campo de Ensino Fundamental II (6º ao 9º), pertencentes a cinco núcleos, estas são: Coroatá, Lagoa Comprida, Torrões, Curralinho e Morrinhos. A equipe diretiva das escolas é formada por um diretor, coordenador geral da SEME, 80 professores, além do Conselho Escolar composto por docentes e pais.

Estão matriculados aproximadamente 500 alunos, onde 100% dos alunos são residentes no campo, que vivem da agricultura familiar, da criação de animais e com ajuda de programas sociais do governo federal.

Os sujeitos da pesquisa foram os sete coordenadores pedagógicos que atuam nas escolas do município, tais coordenadores se identificaram com os codinomes Alcebíades, Ferreira, Maria, Mary, Sol, Iris e Joana.

3.3 Produção dos dados

A produção dos dados é o momento de selecionar os instrumentos de pesquisa para buscar as informações necessárias para a realização do trabalho (GIL, 2008).

Os dados foram produzidos a partir das seguintes técnicas e procedimentos: levantamento bibliográfico, questionário e entrevista.

O **levantamento bibliográfico** é realizado a partir de materiais já elaborados, tais como livros e artigos científicos (GIL, 2008). Para tanto, foram consultados revistas, livros, dissertações e teses acerca da temática.

O **questionário**, segundo Gil (2008, p. 121), é definido “por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativa, aspirações, temores, comportamentos presente ou passado etc.” Os questionários foram aplicados para os coordenadores pedagógicos do campo dos referidos núcleos. Foram feitas perguntas sobre qual é o perfil profissional, a formação inicial e continuada dos coordenadores pedagógicos, conforme Apêndice C.

A **entrevista** “pode ser classificada como uma técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessa a investigação” (GIL, 2008, p.109). Essa entrevista foi realizada com os coordenadores pedagógicos no dia 25 de maio de 2018, o objetivo foi produzir dados sobre a formação continuada dos sujeitos investigados, conforme o Apêndice D (p. 38).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Perfil profissional, formação iniciada e continuada dos sujeitos investigados

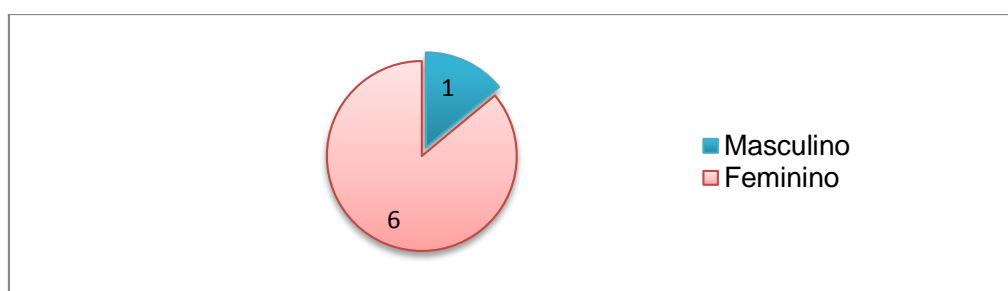
É necessário conhecer a realidade social, política e econômica, conhecer aspectos ligados aos diversos sujeitos que vivem e sobrevivem no/do campo, além de outros elementos, para que possamos traçar metas em prol de uma Educação do Campo, pois não é de qualquer mane, nem de qualquer maneira que se constrói uma educação para atender às especificidades de um povo. Como afirma Caldart (2004, p.151):

Queremos aprender a pensar sobre a educação que nos interessa enquanto ser humano, enquanto sujeitos de diferentes culturas, enquanto classe trabalhadora do campo, enquanto sujeitos das transformações necessárias em nosso país, enquanto cidadão do mundo.

Neste sentido, objetivamos produzir e analisar dados acerca do perfil profissional, formação inicial e continuada dos coordenadores pedagógicos da realidade educacional pesquisada conforme segue.

Com relação ao sexo dos 7 sujeitos investigados, 6 são do sexo feminino e apenas 1 é do sexo masculino, conforme Gráfico 1. Nesse caso observamos que a tendência da feminização na profissão docente se mantém entre os coordenadores pedagógicos que atuam na Educação no Campo na região.

Gráfico 1: Sexo dos Participantes



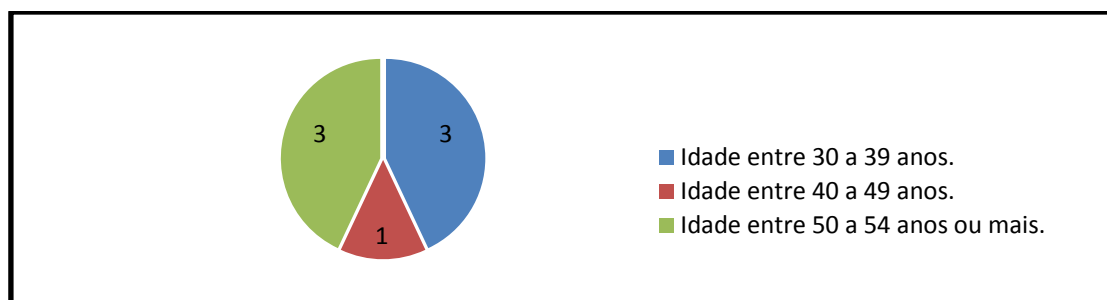
Fonte: Dados da Pesquisa, maio 2018.

Dados de um estudo realizado sobre o perfil do professor brasileiro com base nos resultados do Censo escolar da Educação Básica de 2007 comprovam a tendência de feminização da profissão docente no país: “nas creches, na pré-escola e nos anos iniciais do ensino fundamental, o universo docente é predominantemente feminino (98%, 96% e 91%, respectivamente)” (BRASIL,2005, p. 22). No entanto:

A cada etapa do ensino regular amplia-se a participação dos homens, que representam 8,8% nos anos iniciais do ensino fundamental, 25,6% nos anos finais e chegam a 35,6% no ensino médio. Somente na educação profissional encontra-se situação distinta, pois há uma predominância de professores do sexo masculino. Não obstante, se consideradas todas as etapas e modalidades da Educação Básica, 81,6% dos professores que estavam em regência de classe são mulheres e somam mais de um milhão e meio de docentes (1.542.925) (BRASIL, 2009, p. 22).

Com relação à faixa etária dos coordenadores pedagógicos, 3 têm idade entre 30 a 39; e 1 com idade de 40 a 49 anos e 3 com idade de 50 a 54 anos ou mais, Gráfico 2.

Gráfico 2: Faixa Etária

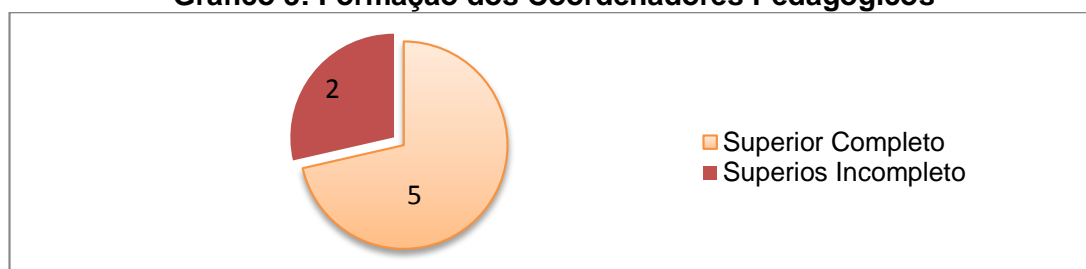


Fonte: Dados da Pesquisa, maio 2018.

De acordo com os dados, a faixa etária dos entrevistados em geral é bem elevada.

Com relação à formação inicial (graduação) dos sujeitos, podemos notar no Gráfico 3 que 5 apresentam ensino superior completo e cerca de 2 apresentam ensino superior incompleto.

Gráfico 3: Formação dos Coordenadores Pedagógicos



Fonte: Dados da Pesquisa, maio 2018.

Cabe ressaltar que dos 7 coordenadores 5 são formados em Pedagogia e 2 (estão cursando, 1 Letras/Português e 1 Pedagogia. Assim, podemos verificar que 2 dos coordenadores pedagógicos não possuem formação superior, sendo que o artigo

64 da LDB (Lei nº 9.394/96), já trata dessa regularização, que para assumir tal cargo deve ter licenciatura em Pedagogia, embora sejam profissionais concursados não estão aptos para exercerem tais funções. Tal prática é recorrente em muitas escolas do campo brasileiro, ainda é elevado o número de profissionais que atuam sem a qualificação exigida pela legislação. Isso precisa ser revisto pelos governantes, pois o dever da oferta de uma educação de qualidade é comprometido com tal medida.

Recentemente foi criado o Conselho Municipal de Educação do Município de Pico, por meio da Lei Nº 2.649/2015, que traz em seu corpo exigências que deverão nortear o sistema de ensino do município, conforme Resolução CME- Nº 001/2018, que “dispõe sobre a Criação, Autorização, Credenciamento, Reconhecimento e Supervisão das instituições de Educação Básica, no âmbito do Sistema Municipal de Educação de Picos-Piauí”. O artigo 6º diz que:

Artigo 6º – O professor em regência de classe, nos anos finais do ensino fundamental, deverá ter como habilitação mínima:
I – ensino superior em curso de licenciatura de graduação plena com habilitações específicas em área própria;
II – formação superior em área correspondente e complementação nos termos da legislação e das normas pertinentes.

Assim, podemos verificar que a Lei só assegura a formação em curso superior em área específica ou correspondente para os professores que estão em regência, isso possibilitará que a função do coordenador pedagógico continue sendo exercida por profissionais sem habilitação específica, Neste sentido, Arroyo (2017, p. 158) salienta que:

A história nos mostra que não temos uma tradição nem na formulação de políticas públicas, nem no pensamento e na prática de formação de profissionais da educação que focalize a educação do campo e a formação de educadores do campo como preocupação legítima.

Ainda sobre a formação inicial (graduação) dos coordenadores, indagados na entrevista se houve uma preparação efetiva para os desafios da docência por parte do curso de graduação, a maioria dos sujeitos disse que os preparou parcialmente. O coordenador Alcebíades disse que em parte, pois a grade curricular na grande maioria lhe dá uma boa bagagem teórica, porém somente através da prática é possível ter uma preparação mais efetiva, a coordenadora Iris disse que prepara parcialmente, pois só temos como efetivar a dinâmica dos desafios na prática.

A coordenadora Ferreira afirma que na verdade todo curso tem o objetivo de preparar, mas muitos não saem com essa preparação porque a aprendizagem é muito individual e dependendo do curso ele direciona muito para a área específica. A coordenadora Maria disse ainda que até certo ponto, sim, pois o meu curso de Letras/Português é muito válido para docência, por meio dele pude repensar práticas avaliativas e a eficácia de minha metodologia. A coordenadora Sol é contundente em sua afirmação: “Sim! com toda certeza, pois a Pedagogia é um curso que prepara a gente para a vida e para a construção da cidadania e nos ajuda a formar cidadão”; A coordenadora Mary se restringiu apenas em afirmar que “sim” e a coordenadora Joana também disse “sim”.

Diante do exposto, reafirmamos que a Resolução CNE/CEB (Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo - de 3 de abril de 2002) assegura a importância da formação de qualidade dos profissionais da educação em suas especificidades.

Prosseguimos com o questionamento: o curso de formação inicial lhe preparou para a docência da escola do campo? Alcebíades declarou que “não, pois quando me formei era uma única formação, não havia um direcionamento para esse público específico.” Coordenadora Ferreira afirmou:

Nem tanto, mesmo porque na formação inicial o aluno não tem experiência nenhuma com a docência e isso se torna mais difícil, e em relação a escola do campo é muito abrangente, pois compreende a Educação Básica em duas etapas: Educação infantil, fundamental, médio e educação profissional técnica e nível médio integrado. (Coordenadora Ferreira – Entrevista)

Com relação à coordenadora Ferreira é percebida a fragilidade de sua formação com relação à Educação do Campo, o que comprova o prejuízo que os filhos dos trabalhadores camponeses vêm sofrendo ao longo da história. A coordenadora Maria afirmou:

Nunca a teoria condiz cem por cento com a prática, necessitamos de experimentar, ampliar nosso conhecimento e só com o passar dos anos de efetivo exercício da docência, vamos sendo moldados a cada ano que passa neste trabalho, com a prática mesmo, o meu curso não teve nenhum direcionamento nesse sentido. Portanto, devemos procurar sempre a formação continuada, para que não nos distanciamos do aparato teórico. Participo do PNAIC e esse tem sido muito importante para melhoria da minha atividade docente. (Coordenadora Maria – Entrevista)

Diante do exposto, é notório o desconhecimento por parte desse coordenador, sobre a escola do campo e/ou educação do campo, pois essa escola visa formar seu povo no seu lugar de origem preservando a sua cultura, fortalecendo a identidade camponesa e garantindo uma escolarização de qualidade que lhes traga a formação humana em suas máximas possibilidades e viabilize a emancipação social da classe trabalhadora.

Já a coordenadora Sol afirma que prepara “em parte, pois a pedagogia nos prepara de forma geral, houve algumas disciplinas que trabalharam alguns conteúdos relacionadas com o tema”.

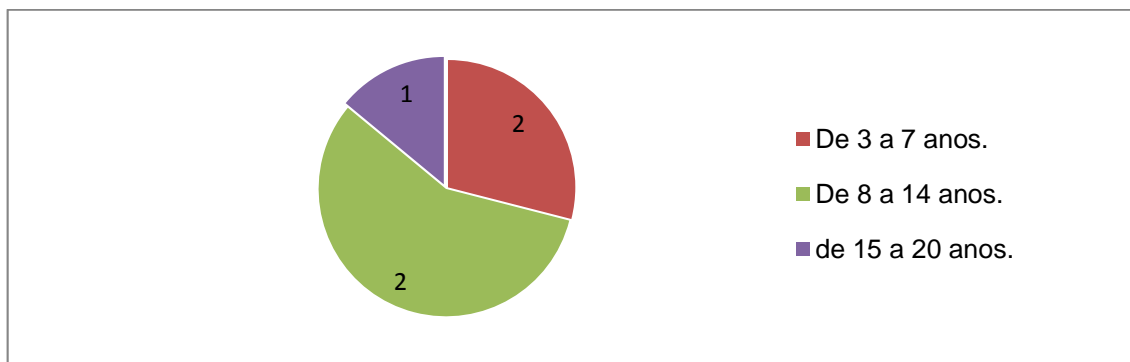
A coordenadora Mary mais uma vez deu uma resposta restrita “sim”; a coordenadora Joana “com certeza”; a coordenadora Iris mencionou: “me preparou para a docência no geral, na época não especificava para o campo, mas nos dedicávamos para realizar a prática da melhor forma possível”.

Ao analisar essa resposta, podemos notar um certo descaso com a Educação do Campo no tocante à formação dos educadores, pois apenas alguns afirmaram que o curso de formação inicial os qualificou para a prática docente nas escolas do campo. Por conta de tal descaso por parte do Estado, segundo Molina (2010, p. 369-370):

[...] sempre constou como prioridade dos movimentos sociais a criação de uma política pública de apoio à formação de educadores [...] foi instituída uma comissão no âmbito da Coordenação Geral de educação do campo da SECAD, a proposta para que houvesse uma formação específica para a educação do campo, resultando no PROCAMPO – Programa de apoio à Licenciatura em Educação do Campo.

Dentre os sujeitos investigados que possuem formação superior, ao analisarmos os questionários com relação ao tempo em que terminaram suas licenciaturas, notamos que 2 obtiveram o nível de escolaridade entre um intervalo de 8 a 14 anos; 2 têm o nível de escolaridade entre um intervalo de 3 a 7 anos e apenas 1 possui o nível de escolaridade entre um intervalo de 15 a 20 anos.

Gráfico 4: Tempo em que atua no nível de escolaridade



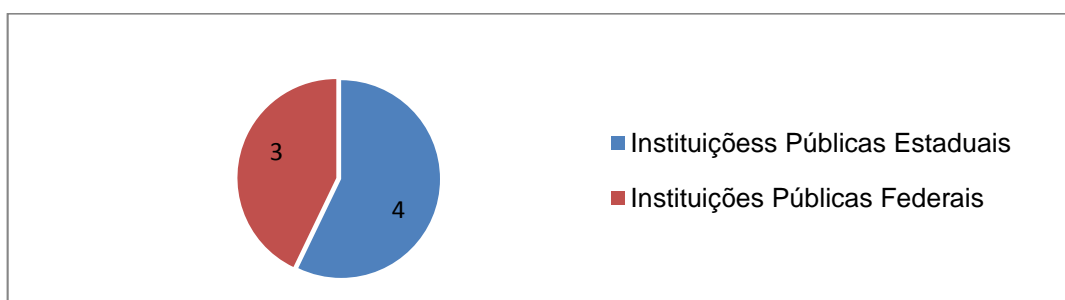
Fonte: Dados da Pesquisa, maio 2018.

Notamos que os profissionais, em sua grande maioria, estão formados há bastante tempo sendo este um ponto positivo, porém a formação específica para o campo ainda é uma proposta nova, como afirma Jesus (2010, p.407):

É recente a formação de educadores do campo na sociedade brasileira. Ela vem sendo construída como uma luta dos movimentos sociais pelo direito à educação a partir da luta pela terra, pelo trabalho e produção da cultura camponesa que tem como princípio político, a estruturação de conhecimentos e práticas sociais que contribuam para ampliar o enfrentamento ao latifúndio, à monocultura e ao agronegócio.

De acordo com os dados podemos notar que dos docentes que atuam nas escolas no campo 4 foram formados ou estão cursando em instituições públicas estaduais e 3 foram formados em instituições públicas federais, conforme Gráfico 5.

Gráfico 5: Instituição de Formação Superior



Fonte: Dados da Pesquisa, maio 2018.

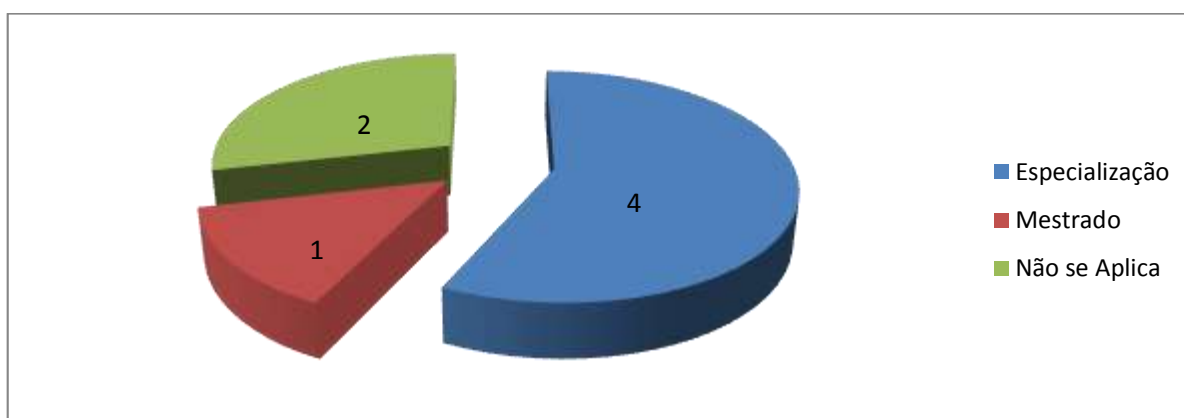
Por outro lado, os cursos de formação superior não têm preparado os professores para lidar especificamente com a Educação no Campo. Segundo Jesus (2010, p. 410 - 411).

[...] não têm destacado as questões pertinentes aos conhecimentos e práticas sociais oriundas do meio rural. São currículos que privilegiam conteúdos, ricos na sua especificidade, mas poucos sensíveis ao atendimento das reais

necessidades de conhecimento e cultura dos diversos grupos étnicos como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas e trabalhadores da agricultura, que historicamente foram excluídos como capazes de pensar e de agir (JESUS, 2010, p. 410-411).

Com relação ao curso de Pós-Graduação, 4 possuem especialização e 1 possui mestrado, 2 não se aplicam, como mostra o Gráfico 6.

Gráfico 6: Pós-Graduação de Mais Alta Titulação

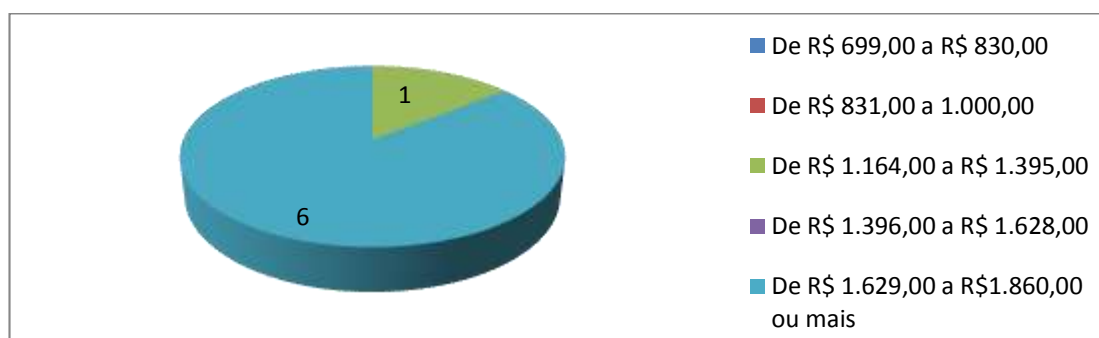


Fonte: Dados da Pesquisa, maio 2018.

Vale ressaltar que o curso de especialização em Docência do Ensino Superior, não é voltado para Educação do Campo. Além disso, encontrar profissionais que atuam nas escolas do campo com mestrado não é muito comum.

É importante que ocorra uma formação de educadores como sujeitos históricos sociais, capazes de formar novas gerações com uma perspectiva humanista e crítica, assumindo como princípios formativos: a Alternância Pedagógica com intervenção nas comunidades e nas escolas básicas; a pesquisa como orientação central do curso, pautando a práxis e o trabalho socialmente referenciado pelo cotidiano das comunidades e das escolas do campo (FONEC, 2015).

De acordo com os dados, o salário bruto de cada um dos sujeitos entre as opções salariais pelo período de 20 horas no município de realização da pesquisa, podemos notar que 6 dos entrevistados recebem entre R\$ 1.629,00 e R\$ 1.860,00 e que 1 recebe entre R\$ 1.164,00 e R\$ 1.395,00, Gráfico 7.

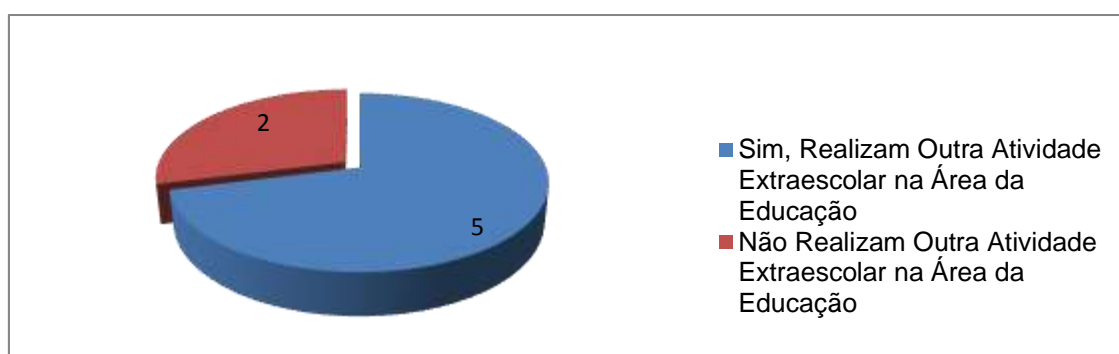
Gráfico 7: Salário Bruto

Fonte: Dados da Pesquisa, maio 2018.

A diferença salarial se dá em torno de algumas peculiaridades: tempo de serviço, segundo turno e gratificações.

Infelizmente, essa é uma realidade nacional, o Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica de 2003, mostra que a remuneração dos professores das áreas rurais é bem inferior àquela recebida pelos seus colegas que lecionam em escolas urbanas (BRASIL, 2007, p. 35).

Os dados esquematizados no Gráfico 9 mostram uma dura realidade da Educação no Campo, expressa na incapacidade que os coordenadores pedagógicos encontram em se manter somente com o seu cargo na escola. Ao serem indagados, constatamos que cerca de 5 dos coordenadores realizam outra atividade extraescolar na área da educação, apenas 2 afirmaram realizar somente atividades no âmbito da escola em que trabalham.

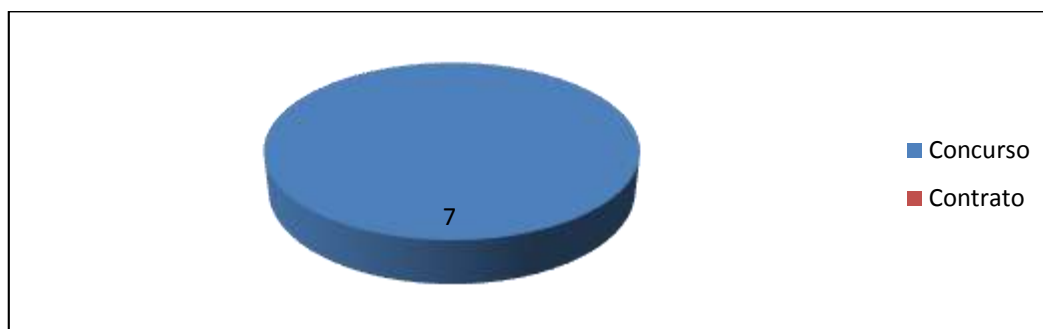
Gráfico 8: Coordenador que exercem outra atividade para renda pessoal

Fonte: Dados da Pesquisa, maio 2018.

Essa realidade poderá gerar sobrecarga de trabalho para coordenadores pedagógicos e comprometer a qualidade do trabalho realizado, visto que estes poderão ficar sem tempo para planejar e organizar o trabalho educativo de acordo com as necessidades dos estudantes, sem falar no desgaste físico.

A forma de ingresso dos entrevistados no serviço público de acordo com os dados coletados durante a pesquisa foi total, pois 7 coordenadores entraram por meio de concurso público, Gráfico 9.

Gráfico 9: Forma de Ingresso no Serviço Público

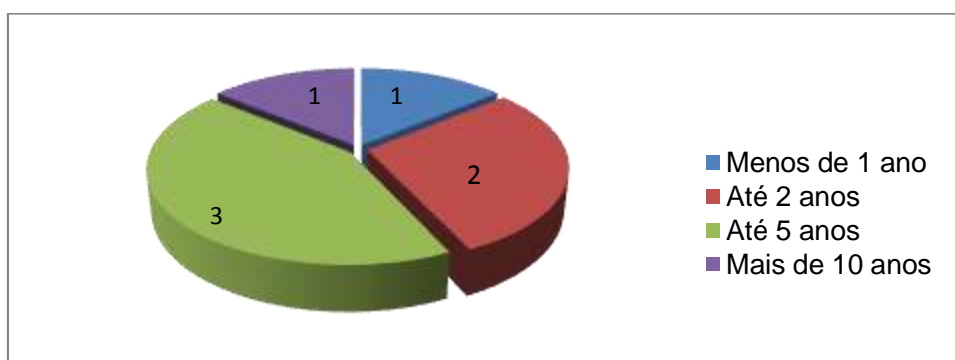


Fonte: Dados da Pesquisa, maio 2018.

No entanto, como já discutimos, os mesmos não são concursados como coordenadores pedagógicos. Isso é um ponto positivo, pois somente profissionais qualificados têm a possibilidade de exercer qualitativamente a função de coordenador pedagógico, professor, diretor, entre outras, se os mesmos gozarem das demais condições que envolvem o exercício educacional, como salários dignos, plano de carreira com valorização do magistério, condições de trabalho, para citar algumas.

Com relação ao tempo de atuação como coordenador pedagógico 3 atuam há 5 anos; 2 atuam há 2 anos; 1 atua há menos de 1 ano; 1 que atua há mais de 10 anos, Gráfico 10.

Gráfico 10: Tempo de Atuação como Coordenador Pedagógico



Fonte: Dados da Pesquisa, maio 2018.

Verificamos que a maior parte dos sujeitos têm menos de 5 anos de atuação como coordenador pedagógico, isso ocorre por não serem profissionais com vínculo

efetivo para função, com isso ficam vulneráveis às substituições dos gestores que assumem o poder.

E quando perguntados se consideram cursos de formação continuada importante, obtivemos as seguintes respostas: o coordenador Alcebíades disse: “Sim, pois através de uma formação continuada é possível preencher as lacunas existentes na formação inicial e aprofundar os conhecimentos já adquiridos para uma melhor prática pedagógica”; a coordenadora Ferreira diz: “é de suma importância, pois um curso de formação continuada lhe dá oportunidade de pôr em prática todo o seu aprendizado e é através da prática que se desenvolve e cresce o seu desempenho em sala de aula”; a coordenadora Sol fala: “sim, pois a formação continuada nos permite estar sempre nos reciclando e nos preparando para novos desafios”; a coordenadora Mary afirma: “com certeza, só acrescenta os conhecimentos”; a coordenadora Joana “sim. O curso de formação continuada contribui para aquisição de conhecimentos atualizados”; e a coordenadora Iris finaliza: “sim, pois apresentam uma formação mais direcionada para a prática, é como se o que aprendemos na formação podemos aplicar mais rápido”.

De acordo com os dados da entrevista dos sujeitos todos têm consciência que é de grande importância, haja visto que a formação:

Continuada dos professores e do pessoal do magistério de apoio ao trabalho docente deverá considerar sempre a formação pedagógica e as oportunidades de atualização e aperfeiçoamento com os profissionais comprometidos com suas especificidades (BRASIL, 2008, p.3).

Quando indagamos: “A escola promove curso de formação Continuada, especialmente acerca da Educação do Campo? Em caso afirmativo, fale sobre tais cursos”. Dos setes depoentes, cinco foram categóricos em dizer que não. A coordenadora Iris disse que “o curso promovido nessa área foi o Viva Semiárido”, já a coordenadora Ferreira disse: “muito raramente, e é isso que os docentes precisam dessa preparação para estimular suas práticas em sala de aula”.

Como prevê o Decreto N° 7.352 de 4 de novembro de 2010 que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, com destaque ao Art. 2º, ao enfatizar sobre a importância da valorização e da necessidade da formação continuada:

XI – A formação continuada entendida como componente essencial da profissionalização docente, devendo integrar-se ao cotidiano da escola e considerar os diferentes saberes e as experiências docentes. (BRASIL, 2009, p.10).

Finalizamos indagando se eles participam de cursos de formação continuada fora da escola, e que em caso afirmativo, falasse sobre tais cursos, o coordenador Alcebíades e as coordenadoras Ferreira, Joana, Sol e Maria disseram que “não”; a coordenadora Mary disse “Sim. Sempre que aparece, costumo participar” e a coordenadora Iris apontou: “Sim. O projeto Viva o Semiárido”.

Diante dos dados extraídos das entrevistas no tocante à formação continuada nos deparamos com uma situação precária. Os autores D’Agostini e Titton (2013, p.27) defendem a formação continuada, principalmente para a educação do campo, pois estes docentes precisam de conhecimentos mais elaborados e terem vínculo com a realidade camponesa:

[...] defende-se uma formação de professores que valorize a transmissão/apropriação do conhecimento em suas formas mais ricas e universais na educação escolar como princípios essenciais para o desenvolvimento dos indivíduos singulares, assim como para o avanço da organização das lutas da classe trabalhadora em direção à possível emancipação da humanidade.

Essa realidade somada a ausência de infraestrutura e a distância dos locais de trabalho de suas residências é que tem perpetuado a rotatividade destes profissionais contribuindo para o fracasso escolar. A falta de professores é crítica, pois temos um total de 15 escolas para apenas sete coordenadores e ainda somado a distância de uma escola para outra onde os meios de transportes são os mais variados, dificultando ainda mais o exercício de suas funções docente.

Na concepção de D’ Agostini (2009), ainda precisamos avançar em relação a estrutura física e a falta de condições de trabalho do professor:

[...] está a precariedade da estrutura física e, de outro, a falta de condições e a sobrecarga de trabalho dos professores, gerando alta rotatividade desses professores, o que interfere negativamente no processo de ensino/aprendizagem, contribuindo para o baixo desempenho dos alunos e a queda nos índices de permanência dos mesmos na escola (D’AGOSTINE, 2009, p, 47).

Para tanto, os sujeitos do campo precisam se organizar por meio de movimentos de luta social e sindical camponeses para que a Educação do Campo seja efetivada, pois

Para que a Educação do Campo possa contribuir para a transformação social e promoção de mudanças estruturais na sociedade capitalista é necessário que essa se fundamente em pilares em consonância com os interesses e necessidades vitais da classe trabalhadora (SANTOS, 2012, p.53).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizamos a pesquisa com o objetivo de investigar o perfil profissional, formação inicial e continuada dos coordenadores que atuam no fundamental II em escolas do campo em Picos-Piauí. O estudo revelou dados preocupantes, pois dos 7 investigados, 2 não possuem a formação inicial (graduação), portanto, estão atuando de forma irregular, enquanto os outros 5 possuem formação inicial (graduação), porém nenhum tem a formação específica para trabalhar nas escolas do campo, que é a licenciatura em Educação do Campo, como defende a Educação do Campo.

Verificamos que a falta de oferta ou de recursos financeiros por parte do Estado tem distanciado a efetivação de uma política de formação continuada para os coordenadores e educadores que atuam nas escolas do campo.

Confirmamos a hipótese da pesquisa de que o Estado não tem garantido uma política de formação inicial e continuada dos coordenadores para escolas do campo referenciadas nos fundamentos e princípios da Educação do Campo. Dessa forma negligencia a ascensão da classe trabalhadora camponesa, visto que a formação é um dos principais elementos para promoção e efetivação de uma educação de qualidade.

Desse modo, sugerimos algumas medidas para esta problemática: Primeiramente, faz-se necessário a efetivação de uma política de Estado que assegure projetos de integração que possibilitem aos trabalhadores do campo, condições para o crescimento e desenvolvimento pessoal e profissional; que o Estado forneça os investimentos de acordo com os desafios históricos da Educação do Campo, como infraestrutura precária das escolas no campo, ausência de formação inicial e continuada dos educadores e coordenadores pedagógicos.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Políticas de formação de educadores do campo. **Cad. Cedes, Campinas**, vol. 27, n. 72, p. 157-176. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>, 2007. Acesso em 17 outubro 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica - **Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Resolução CNE/CEB 1/2002**. Diário Oficial da União, Brasília, seção 1, p. 32. De 3 de abril de 2002.

_____. **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas**. Cadernos de subsídios. SECAD 2. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, INEP/MEC. BRASÍLIA – DF, 2007.

_____. **Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007**. Brasília: Inep, 2009.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Panorama da Educação no Campo**. – Brasília– Inep | MEC: 2007.

_____. **Decreto Lei nº 7.352 de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 nov. 2010.

CADERNO DA EDUCAÇÃO Nº 13. **Dossiê MST Escola. Documentos e Estudos (1990 – 2001)**. Tipo de *documento*: caderno de estudo, 2005.

CALDART, Roseli Salete. Escola do Campo em Movimento. In: BEJAMIN, C; CALDART, Roseli Salete; **Projeto Popular e Escolas do Campo**. Brasília- DF: Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, 2000. Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, 2º Edição: setembro, 2001.

CALDART, Roseli Salete et al (Orgs.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CALDART, R. S. **Sobre Educação do Campo**. In.: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). Campo. Políticas públicas: educação. Brasília: Incra-MDA, 2008, p. 67-86. (Por uma Educação do Campo, n. 7. Coleção)

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PICOS. LEI Municipal 2.649/2015/,. **Resolução CME- N 001/2018**. Picos-Piauí, 2018.

D'AGOSTINE, Adriana. **A educação do MST no contexto educacional brasileiro**. 2009. 203 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

D'AGOSTINI, A, & TITTON, M. - **Formação de professores e prática pedagógica: desafios perspectivas para uma educação emancipadora.** In: SANTOS, Cláudio Félix dos (org). *Crítica ao Esvaziamento da Educação Escolar.* Salvador: EDUNEB, 2013.

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO (FONEC). **Documento resultante do III Seminário Nacional.** Brasília: Fórum Nacional de Educação do Campo, 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Sociais.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JESUS. **A formação de educadores do campo e o compromisso com a emancipação da classe trabalhadora.** In: SOARES, Leôncio et. al (Org.). *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente.* Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

LUDKE, M.; MARLI M. E. & ANDRÉ, D. **Métodos de coleta de dados:** observação, entrevista e análise documental. In: *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.* São Paulo: EPU, 1986.

MIGANI, E. J. - **As dificuldades para a qualificação do docente no ensino superior privado e a fragilidade da legislação na sua tutela** – Editora: Ano 01. Ed. 2. 2015.

MORAES, E. et al. *Transgredindo o paradigma (multis) seriado nas escolas do campo.* In: ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; HAGE, Salomão Mufarrej (Org.). **Escola de direito:** reinventando as classes multisseriadas. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SANTOS, J. R. dos. **Classe multisseriada:** uma análise a partir de escolas do campo do município de Coronel João Sá/BA. São Cristóvão, 2012.

SANTOS, C. E. F. dos; PALUDO, C.; OLIVEIRA, R. B. C. de. In: TAFFAREL, C. N. Z.; JÚNIOR, C. L. S.; ESCOBAR, M. O.; **Cadernos didáticos sobre educação no campo.** Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Carta De Apresentação



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS CSHNB
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO,
CIÊNCIAS DA NATUREZA



OFÍCIO 006/18

Picos/PI, 25 de maio de 2018

Ilmo. Sr. Diretor/a, Coordenador/a das Escolas de Ensino Fundamental II do
Campo do Município de Picos

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Pelo presente, apresentamos a acadêmica **TERESINHA DE JESUS SILVA**, devidamente matriculada, nº 20149133849, no curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC) da Universidade Federal do Piauí (UFPI), que realizará uma pesquisa empírica tendo como objeto de investigação o perfil profissional dos coordenadores pedagógicos das escolas de Ensino Fundamental II do referido município.

Para tanto, precisamos coletar dados sobre o referido objeto de investigação em documentos, bem como aplicar questionários, realizar entrevistas, ou utilizar outras técnicas e instrumentos para produção de dados, caso seja necessário. Convém, enfatizarmos, também, que os nomes da referida instituição e dos sujeitos que participarão da pesquisa serão mantidos em total anonimato, no decorrer da realização da pesquisa e da publicização dos dados. Desse modo, esperamos contar com a autorização e apoio de Vossas Senhorias.

Espera-se que esta pesquisa possa produzir análises que contribuam com a melhoria da qualidade da educação escolar pública, especialmente na referida instituição.

Certos do deferimento do pedido, aguardamos a autorização formal e apoio de V. Sas. para a realização deste trabalho, e manifestamos antecipadamente nosso agradecimento, votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Jânio Ribeiro dos Santos

Prof. M.e. Jânio Ribeiro dos Santos
LEDOC/CSHNB-UFPI Orientador

APÊNDICE B – Termo De Consentimento Esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS CSHNB
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO,
CIÊNCIAS DA NATUREZA

TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO

Eu _____
_____, RG.: nº _____, residente e
domiciliado _____ à

_____,
autorizo a transcrição do conteúdo da entrevista concedida ao mestrado Jânio
Ribeiro dos Santos para fins acadêmico-científicos, conforme foi esclarecido
na declaração de sigilo ético-científico, a qual me foi entregue, devidamente
assinada pelo pesquisador.

Picos/PI, 25 de maio de 2018.

Entrevistado (a)

Codiname para publicação: _____



APÊNDICE C – Questionário



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS CSHNB
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO,
CIÊNCIAS DA NATUREZA**

**QUESTIONÁRIO – CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DOS COORDENADORES
PEDAGÓGICOS**

Identificação: _____

Codinome: _____

1 SEXO:

masculino. feminino.

2 IDADE:

- Até 24 anos.
 De 25 a 29 anos.
 De 30 a 39 anos.
 De 40 a 49 anos.
 De 50 a 54 anos ou mais.

3 FORMAÇÃO ESCOLAR/ACADÊMICA:

- Ensino Médio.
 Ensino Superior Completo.
 Ensino Superior Incompleto.

Qual curso? _____

Modalidade: Presencial Semipresencial A distância

4 HÁ QUANTOS ANOS VOCÊ OBTVEU O NÍVEL DE ESCOLARIDADE ASSINALADO ANTERIORMENTE?

- Há 2 anos ou menos.
 De 3 a 7 anos.
 De 8 a 14 anos.
 De 15 a 20 anos.
 Há mais de 20 anos.

5 EM QUE TIPO DE INSTITUIÇÃO VOCÊ FEZ O CURSO SUPERIOR?

- Pública federal.
 Pública estadual.
 Privada.
 Filantrópica
 Não se aplica.

6 INDIQUE A MODALIDADE DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MAIS ALTA TITULAÇÃO QUE VOCÊ POSSUI.

- Especialização (mínimo de 360 horas).
 Mestrado.
 Doutorado
 Não fiz ou ainda não completei curso de pós-graduação.

Qual curso? _____

Modalidade: Presencial Semipresencial A distância

8 NESTA ESCOLA, QUAL O SEU SALÁRIO BRUTO?

- De R\$ 699,00 a R\$ 830,00.
 De R\$ 831,00 a R\$ 1.000,00.
 De R\$ 1.164,00 a R\$ 1.395,00.

- De R\$ 1.396,00 a R\$ 1.628,00.
- De R\$ 1.629,00 a R\$ 1.860,00 ou mais.

9 ALÉM DA ATIVIDADE COMO COORDENADOR PEDAGÓGICO, VOCÊ EXERCE OUTRA ATIVIDADE QUE CONTRIBUI PARA SUA RENDA PESSOAL?

- Sim, na área de Educação.
- Sim, fora da área de Educação.
- Não.

Se sim. Quantas horas-aula você ministra por semana?

- 40 horas semanais
- 60 horas semanais
- 70 horas semanais
- 80 horas semanais
- mais de 80 horas semanais

10 FORMA DE INGRESSO NO SERVIÇO PÚBLICO:

- Concurso
- Contrato

12 TEMPO DE ATUAÇÃO COMO COORDENADOR PEDAGÓGICO:

- Menos de 1 ano
- Até 2 anos
- Até 5 anos
- Até 10 anos

- Mais de 10 anos




APÊNDICE D – Roteiro Da entrevista




UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS CSHNB CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, CIÊNCIAS DA NATUREZA ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

- 1 Faça uma análise sobre seu curso de formação inicial (graduação): ele preparou efetivamente os licenciados para os desafios da docência da sala de aula?
- 2 O curso de formação inicial lhe preparou para docência na escola do campo?
- 3 Você considera cursos de formação continuada importantes? Apresente sua concepção.
- 4 A escola promove cursos de formação continuada, especialmente acerca da Educação do Campo? Em caso afirmativo, fale sobre tais cursos.
- 5 Você participa de cursos de formação continuada fora da escola? Em caso afirmativo, fale sobre tais cursos.

APÊNDICE E – Declaração DE Sigilo Ético- Científico



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS CSHNB
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO,
CIÊNCIAS DA NATUREZA



DECLARAÇÃO DE SIGILO ÉTICO-CIENTÍFICO

Eu, **Teresinha De Jesus Silva**, Graduanda – Curso de Licenciatura em Educação do Campo - LEDOC, sob matrícula de nº 20149133849, declaro para os devidos fins que se fizerem necessários que o uso do conteúdo das entrevistas realizadas junto à _____ tem a finalidade exclusiva de atender aos objetivos acadêmico-científicos da dissertação em construção, conforme foi mencionado nas orientações e nos esclarecimentos prévios e, em proteção à imagem e a não-estigmatização dos sujeitos entrevistados, utilizaremos codinomes ao referenciarmos o seu conteúdo.

Picos PI, ____ de junho 2018.

Teresinha De Jesus Silva
Graduanda – Curso de Licenciatura em Educação do Campo - LEDOC
Matrícula nº 20149133849



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
"JOSÉ ALBANO DE MACEDO"**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
 () Dissertação
 () Monografia
 () Artigo

Eu, TERESINHA DE JESUS SILVA,
 autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de
 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,
 gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação
O PERFIL PROFISSIONAL DE COORDENADORES PEDAGÓGICOS DE
ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL II DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE PICOS-PI
 de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título
 de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 11 de FEVEREIRO de 20 19

Teresinha de Jesus Silva
 Assinatura

 Assinatura